



---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.0xxxxxx/2011-xxx

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2012
PROCESSO SIAPRO nº 08335.001059/2012-97
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2012-SR/DPF/MS

**CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO
FEDERAL, REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA
CNPJ**

____NA FORMA ABAIXO:

A União, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Luis Fernando Fernandes, nr. 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CGC nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor _____, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, e a empresa: _____, situada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA e representada por _____, brasileiro, casado, portador do CPF nº _____ e Cédula de Identidade nº _____, tem, entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste na execução total dos serviços de conserto da cancela automática instalada no portão lateral de acesso ao estacionamento do anexo administrativo da SR/DPF/MS, Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho – Campo Grande MS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. Os serviços ora contratados foi objeto de Licitação, sob modalidade de PREGÃO, conforme Processo **SIAPRO nº 08335.001059/2012-97** e Edital registrado sob o n.º de ordem 08/2012-SR/DPF/MS, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição, tudo em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados sob o regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1. A contratante pagará a contratada o valor de R\$ ____ (____), pelos serviços prestados e o valor de R\$ ____ (____) pelos materiais fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. A CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades e informações para que a CONTRATADA possa executar o serviço de acordo com as normas contratuais;
- 5.2. Repassar as informações necessárias ao cumprimento do contrato em tempo hábil,
- 5.3 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 5.4. Fiscalizar o presente contrato através do servidor formalmente designado pela administração;
- 5.5. Acompanhar o serviço efetuado pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;
- 5.6. As notificações, deverão ser formais e tempestivas.
- 5.7. Promover a publicação resumida do Contrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo contratante.
- 6.2 Prestar o serviço objeto deste contrato à Contratante, no prazo fixado, observando as orientações contidas no edital e seus anexos.
- 6.3 Garantir a qualidade do objeto licitado, arcando com eventuais consequências.
- 6.4 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.5 Responder por ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas e demais encargos inerentes à execução global do serviço objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012, sob a seguinte classificação: **Gestão Unidade: 0001 Fonte 100 UG: 200354 Plano Interno 702T-11, Elemento de Despesa: 3390.39.41, conforme Nota de Empenho nº 175, de 20/03/2012, no valor de R\$ 9.999,96.**

CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será efetuado até o dia 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, que deverá estar devidamente atestada pelo Setor competente da DPF/PPA/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea “a” da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.
- 8.3. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% ao ano, devendo ser aplicada a seguinte fórmula:
EM: $I \times N \times VP$
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:
 $I = \frac{(6/100)}{365}$
N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
V = Valor da parcela em atraso.
- 8.4. O critério acima aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado a contratada, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

9.1. O presente termo contratual terá **vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012**, sendo o preço FIRME e IRREAJUSTÁVEL durante o período acima mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRORROGAÇÃO

10.1. O presente contrato poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É expressamente vedado transferir ou ceder o contrato, no todo ou parte, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A CONTRATADA se obriga a reconhecer os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para rescisão do presente Termo Contratual, as situações elencadas no artigo 78 da lei que rege este procedimento.

Parágrafo Segundo - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

d) Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

I - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

13.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da administração, especialmente designado pelo Senhor Superintendente Regional do DPF/MS, que anotará, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o Artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, serão aplicadas multas em conformidade com os percentuais e nas hipóteses a seguir estabelecidas, as quais incidirão sobre o valor da obrigação assumida e não cumprida:

14.1.1 Advertência por escrito;

14.1.2 multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, a ser aplicada à contratada quando der causa a qualquer infringência das cláusulas e obrigações deste instrumento, além das cominações previstas em lei, bem como recusa injusta da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo

estabelecido;

14.1.3 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, fizer declaração falsa, garantido direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas e de outras penalidades previstas no Edital, no Contrato e nas demais disposições legais.

14.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.2 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. O valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

14.3 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

14.4 - As sanções só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

14.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1. Independente de sua transcrição, as condições estabelecidas no Edital e anexos do Pregão 08/2012-SR/DPF/MS, bem como a proposta da licitante, farão parte integrante do respectivo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultante do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e número, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 2012.

CONTRATANTE:

.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Superintendente Regional

CONTRATADA:

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

a).....
CPF:

b).....
CPF: